

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

Loteamento Residencial Sete Lagos



ANEXO I.7

DECLARAÇÃO CPFL

ITATIBA,
SEGUNDA-FEIRA, 5 DE JULHO DE 2010



À:
RICARDO PAVAN TERRA
Assunto:
Solicitação de Atendimento n
0 5485288 800294928
Local de Execução:
RODOVIA DOM PEDRO I - KM 108, S/N1 - POSSE
13252800 - ITATIBA,SP

Prezado cliente,

Em resposta ao pedido registrado através da Solicitação de Atendimento nº 0, Atividade nº5485288, informamos V.S.^a que há viabilidade de atendimento, e o projeto deverá ser apresentado em conformidade com o estabelecido pelas normas técnicas desta concessionária através do site www.cpfl.com.br.

Para maiores detalhes do processo, entrar em contato com o profissional contratado por V.S.^a .
Colocamo-nos à disposição para outros esclarecimentos
Atenciosamente

Companhia Paulista de Força e Luz
Companhia Piratininga de Força e Luz
www.cpfl.com.br

[Imprimir](#)

CPFL Energia

Projetos em andamento

Projetos em andamento

Projetos encerrados

Projetos incompletos

Um item encontrado.
Página: 1

Buscar SA/Atividade: 5485288



ver: 5 projetos particulares

SA	ATIVIDADE / NOTA DE SERVIÇO	PROJETO PARTICULAR	SERVIÇO	MUNICÍPIO	DATA	STATUS	
5485288	800294928	FAZENDA SETE LAGOS	LIGAÇÃO NOVA LOTEAMENTO	ITATIBA	31/05/2010	VIABILIDADE APROVADA EM ANÁLISE DE VIABILIDADE	

Um item encontrado.
Página: 1

WEB Projetos Particulares

Copyright©2005-2007 - CPFL Energia

04 - BT: LIGAÇÃO NOVA LOTEAMENTO AÉREO

Projetos em andamento Detalhes : FAZENDA SETE LAGOS

<< Voltar Atualizar >>

SOLICITAR PROJETO Solicitar projeto

CARTA VIABILIDADE Imprimir Carta Viabilidade

STATUS ATUAL 26/06/2010 - VIABILIDADE APROVADA - CADASTRAR PROJETO

PARECERES

RESULTADO DA ANÁLISE DE VIABILIDADE

02/07/2010 - ANÁLISE DE VIABILIDADE APROVADA (PROTEÇÃO)

PARECER:Quanto à Proteção, não existem restrições na rede da CPFL até o momento. Assim que o projeto elétrico do loteamento estiver disponível será feita a análise de proteção.

26/06/2010 - ANÁLISE DE VIABILIDADE APROVADA (TÉCNICO)

PARECER:Estamos liberando o Loteamento Fazenda Sete Lagos, localizado na coordenada aproximada 312585 / 460426, no alimentador CRO-02, para ligação nova de 1.100 lotes de 450 kWh e demanda total de 1.600 kVA, com necessidade de construir 1 km de E18 duplo + construir 0,6 km de E18 + reconduzir 3,3 km para E18 + instalar 11 chaves faca de 400 A e 5 chaves tripolares de 630 A + relocalizar uma chave óleo e um banco de capacitores. O custo referência de obras é de R\$ 314.500,00. Os custos definitivos e a Participação Financeira do Consumidor (Res. 250/ANEEL) serão apurados na

ANEXOS

ARQUIVOS DA ANÁLISE DE VIABILIDADE - CPFL (02)

25/06/2010 - RDEEP2010-134 - Itabba - Lot Fazenda Sete Lagos rev 1.pdf

26/06/2010 - Viabilidade-junt0.pdf

VIABILIDADE (02)

31/05/2010 - Fazenda Sete Lagos - Viabilidade.dwg

31/05/2010 - Anexo 1.pdf

PROJETO PARTICULAR CLIENTE ENDEREÇOS

DADOS DO PROJETO

Nº da Atividade	5485288
Nº da Nota de Serviço	800294928
Título do projeto	FAZENDA SETE LAGOS
Tipo de Rede	PRIMÁRIO / SECUNDÁRIO
Potência Total de Trafo	1500 kVA
Quantidade de transformadores	20
Quantidade de postes	450

Concluido

RELATÓRIO DE IMPACTO AMBIENTAL

Loteamento Residencial Sete Lagos



ANEXO I.8

CONTRATO SOCIAL

COLEGIADA

AGRA LOTEADORA S.A.

NIRE nº 35.300.344.189

CNPJ/MF nº 08.974.252/0001-23



JUCESP PROTOCOLO
0.338.614/09-6



ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 2009.

DATA, HORA E LOCAL

20 de janeiro de 2009, às 10h00min, na sede social na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 10º andar, conjunto 101, Vila Olímpia, CEP 04547-005, São Paulo, SP.

CONVOCAÇÃO

Dispensada a convocação nos termos do Parágrafo 4º, do Artigo 124, da Lei nº 6.404/76.

QUÓRUM DE INSTALAÇÃO

Verificou-se a presença dos subscritores da totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença de Acionistas.

COMPOSIÇÃO DA MESA

Presidente: Sr. Luiz Roberto Horst Silveira Pinto

Secretário: Sr. Arthur Matarazzo Braga

DELIBERAÇÕES:

Por unanimidade de votos, foi aprovada:

1. A alteração na forma de representação da Companhia, passando o artigo 12 do Estatuto Social a ter a seguinte redação: "ARTIGO 12 Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia será representada e obrigada-se-á: **(a)** pela assinatura conjunta de dois diretores; **(b)** pela assinatura de um diretor em conjunto com a assinatura de um procurador devidamente constituído para representar a Companhia, este último desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele contidos; **(c)** pela assinatura conjunta de dois procuradores constituídos para representar a Companhia, desde que assim previsto nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes neles contidos; **(d)** pela assinatura isolada de qualquer um dos dois diretores, nos atos de administração ordinária da Companhia, tais como, exemplificativamente,



[Assinaturas manuscritas]

assinatura de contratos com prestadores de serviços diversos, assinatura de contratos com fornecedores de qualquer espécie, assinatura de contratos de locação de bens e de equipamentos, assinatura de plantas, projetos, memoriais descritivos, cronogramas de obra, em atos de rotina perante repartições públicas, federais, estaduais e municipais, sociedades de economia mista, entidades autárquicas e paraestatais, concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, registros públicos, bem como, endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito em conta bancária de titularidade da Companhia, endosso de duplicatas, notas promissórias e letras de câmbio, recebimento de quaisquer importâncias através de cheque cruzado e nominal a favor da Companhia, protesto de títulos de crédito, participação de concorrências públicas e particulares; e/ou (e) pela assinatura isolada de um procurador constituído para representar a Companhia, desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele contidos, ficando, porém, ressalvado que tal representação individual será limitada ao endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito em conta corrente da Companhia, ao endosso de duplicatas para desconto de caução cujo valor deve o estabelecimento bancário lançar crédito à Companhia, ao endosso para a cobrança bancária de duplicatas, notas promissórias e letras de câmbio, ao recebimento de quaisquer importâncias através de cheque cruzado e nominal a favor da Companhia, ao protesto de títulos de créditos, à participação de concorrências públicas ou particulares, à representação em atos de rotina perante repartições públicas federais, estaduais e/ou municipais sociedades de economia mista, entidades autárquicas e paraestatais.

Parágrafo Único – As procurações outorgadas pela Companhia serão obrigatoriamente assinadas por dois diretores e, com exceção das procurações “ad judícia”, terão prazo de validade determinado e vedarão o substabelecimento sob pena de nulidade.”

2. A consolidação do Estatuto Social, a fim de contemplar todas as alterações recentes, conforme transcrito abaixo:

“ESTATUTO SOCIAL DA AGRA LOTEADORA S.A”

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Foro e Prazo de Duração



ARTIGO 1º Sob a denominação de **AGRA LOTEADORA S.A.** opera a sociedade anônima, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais aplicáveis.

ARTIGO 2º A Companhia tem sede e foro jurídico na Rua Gomes de Carvalho, nº 1.510, 10º andar, conjunto 101, Vila Olímpia, Capital do Estado de São Paulo, CEP 04547-005.

Parágrafo Único – A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, abrir, transferir, e/ou encerrar filiais no Brasil e no Exterior.

ARTIGO 3º A Companhia tem prazo de duração indeterminado.

CAPÍTULO II

Objeto Social

ARTIGO 4º A Companhia tem por objeto:

- (a) o desenvolvimento de empreendimentos imobiliários, inclusive loteamentos, no sistema de parceria em áreas de terceiros ou em áreas próprias, urbanos e rurais;
- (b) incorporações imobiliárias em condomínios horizontais ou verticais;
- (c) a administração de bens e negócios próprios e de terceiros; assessoria e consultoria imobiliária; e
- (d) a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia e/ou acionista.

CAPÍTULO III

Capital Social e Ações

ARTIGO 5º O capital social totalmente integralizado, em moeda corrente nacional, é de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), dividido em 10.000 (dez mil) ações ordinárias, todas nominativas, sem valor nominal.

Parágrafo 1º - Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral.

Parágrafo 2º - Mediante deliberação da Assembléia Geral, poderão ser criadas novas classes de ações.



Parágrafo 3º - Os acionistas terão preferência para a subscrição de novas ações, na forma prevista em lei e de acordo com o previsto em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

Parágrafo 4º - Os acionistas não poderão ceder, transferir ou de qualquer forma alienar as ações que detém no capital social da Companhia, exceto como previsto em Acordo de Acionistas arquivado na sede da Companhia.

CAPÍTULO IV

Administração

ARTIGO 6º A Companhia será administrada por uma diretoria composta de 02 (dois) membros, acionistas ou não, eleitos pelo Conselho de Administração mediante voto favorável de pelo menos 2 (dois) de seus membros eleitos, sendo 1 (um) Diretor Presidente e 1 (um) Diretor Conselheiro, para mandatos de 02 (dois) anos, permitida a reeleição. Os Diretores serão havidos como empossados na data de assinatura do respectivo Termo de Posse.

Parágrafo Único – A remuneração global dos membros da diretoria será fixada anualmente pelo Conselho de Administração, observado o disposto no Acordo de Acionistas arquivado na Companhia e cabendo à Diretoria a deliberação sobre a forma de sua distribuição.

ARTIGO 7º Em caso de ausência ou impedimento temporário de qualquer diretor, a Assembléia Geral indicará um substituto para desempenhar as funções do diretor ausente ou impedido pelo tempo de mandato que faltar ao diretor substituído ou elegerá um novo diretor para ocupar a vaga do diretor ausente.

ARTIGO 8º A Diretoria reunir-se-á sempre que os interesses sociais o exigirem, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria de votos.

Parágrafo 1º - As reuniões da Diretoria serão convocadas pelo Diretor Presidente, através de carta registrada, fax, e-mail ou aviso entregue pessoalmente, contra recibo, a todos os diretores. Considerar-se-á dispensada a convocação a uma reunião a qual comparecer a totalidade dos diretores.



Parágrafo 2º - As Reuniões da Diretoria serão instaladas com a presença de, no mínimo, 02 (dois) diretores.

Parágrafo 3º - Um diretor poderá fazer-se representar nas reuniões podendo votar por carta, e-mail, fax ou procuração. O diretor que enviar seu voto ou se fizer representar, na forma supra, será considerado presente à reunião.

Parágrafo 4º - Das reuniões da Diretoria serão lavradas em livro próprio, as quais serão assinadas pelos diretores presentes.

ARTIGO 9º A Diretoria terá poderes de representação, administração e gestão dos negócios sociais, podendo, na forma prevista neste Estatuto, validamente obrigar a Companhia, praticando todos os atos e operações necessárias à consecução dos objetivos sociais, e deliberar sobre todas as questões que não tenham sido previstas neste Estatuto Social nem sejam da competência exclusiva da Assembléia Geral.

ARTIGO 10 Compete ao Diretor-Presidente:

- (a) representar a Companhia, ativa e passivamente, em suas relações com terceiros, em Juízo ou fora dele;
- (b) convocar e presidir as Reuniões da Diretoria;
- (c) supervisionar os negócios sociais, tornando as deliberações que se fizerem necessárias;
- (d) coordenar as atividades dos demais diretores; e
- (e) exercer outras funções que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

ARTIGO 11 Compete ao Diretor sem designação específica assistir o Diretor Presidente no desempenho de suas funções e exercer as demais funções que lhe forem atribuídas pela Diretoria.

ARTIGO 12 Observado o disposto neste Estatuto Social, a Companhia será representada e obrigar-se-á: **(a)** pela assinatura conjunta de dois diretores; **(b)** pela assinatura de um diretor em conjunto com a assinatura de um procurador devidamente constituído para representar a Companhia, este último desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele contidos; **(c)** pela assinatura conjunta de dois procuradores constituídos para representar a Companhia, desde que assim previsto nos respectivos instrumentos de mandato e de acordo com a extensão dos poderes neles contidos; **(d)** pela assinatura isolada de qualquer um dos dois diretores, nos atos de administração ordinária da Companhia, tais como, exemplificativamente, assinatura de



contratos com prestadores de serviços diversos, assinatura de contratos com fornecedores de qualquer espécie, assinatura de contratos de locação de bens e de equipamentos, assinatura de plantas, projetos, memoriais descritivos, cronogramas de obra, em atos de rotina perante repartições públicas, federais, estaduais e municipais, sociedades de economia mista, entidades autárquicas e paraestatais, concessionárias ou permissionárias de serviços públicos, registros públicos, bem como, endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito em conta bancária de titularidade da Companhia, endosso de duplicatas, notas promissórias e letras de câmbio, recebimento de quaisquer importâncias através de cheque cruzado e nominal a favor da Companhia, protesto de títulos de crédito, participação de concorrências públicas e particulares; e/ou **(e)** pela assinatura isolada de um procurador constituído para representar a Companhia, desde que assim previsto no respectivo instrumento de mandato e de acordo com a extensão dos poderes nele contidos, ficando, porém, ressalvado que tal representação individual será limitada ao endosso de cheques e ordens de pagamento para depósito em conta corrente da Companhia, ao endosso de duplicatas para desconto de caução cujo valor deve o estabelecimento bancário lançar crédito à Companhia, ao endosso para a cobrança bancária de duplicatas, notas promissórias e letras de câmbio, ao recebimento de quaisquer importâncias através de cheque cruzado e nominal a favor da Companhia, ao protesto de títulos de créditos, à participação de concorrências públicas ou particulares, à representação em atos de rotina perante repartições públicas federais, estaduais e/ou municipais sociedades de economia mista, entidades autárquicas e paraestatais.

Parágrafo Único – As procurações outorgadas pela Companhia serão obrigatoriamente assinadas por dois diretores e, com exceção das procurações “ad judicia”, terão prazo de validade determinado e vedarão o substabelecimento sob pena de nulidade.

ARTIGO 13 São expressamente proibidos e serão nulos de pleno direito quaisquer atos praticados por diretores, por procuradores ou por empregados da Companhia que sejam estranhos ao objeto social e aos negócios sociais, tais como avais, fianças, endossos e outras garantias de favor, a menos que, tais atos, tenham sido previamente aprovados pela Assembléia Geral.

CAPÍTULO V
Assembléia Geral



ARTIGO 14

A Assembléia Geral reunir-se-á, ordinariamente, nos quatro meses que se seguirem ao término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que o interesse social assim o exigir.

Parágrafo 1º - A Assembléia Geral será convocada por qualquer diretor ou pelo Conselho de Administração, e adicionalmente, por carta com aviso de recebimento, encaminhada aos Acionistas titulares de pelo menos 5% (cinco por cento) ou mais do capital social, contendo o local, a data e a hora da Assembléia, bem como a respectiva ordem do dia, e os trabalhos serão dirigidos por Presidente e Secretário indicados pelos acionistas presentes.

Parágrafo 2º - As deliberações da Assembléia Geral são tomadas por maioria de voto dos acionistas, exceto nos casos abaixo, os quais requerem a aprovação de Acionistas representando 80% (oitenta por cento) do capital social:

- (a) a aprovação da aquisição de novos empreendimentos imobiliários;
- (b) a alteração do Estatuto Social;
- (c) a aprovação de operações de fusão, cisão ou qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Companhia.

Parágrafo 3º - Na hipótese de ocorrer **simultaneamente** mudança no controle acionário da **GAN** e da **WIND**, direta ou indiretamente, estas se comprometem a anteriormente à efetivação da mudança de controle votar favoravelmente em Assembléia Geral da Companhia à mudança de quorum para a tomada de deliberações nas Assembléias Gerais da Companhia, de tal forma que o quórum qualificado parágrafo segundo acima, passe a ser de 51% (cinquenta e um por cento) do capital social da Companhia.

Parágrafo 4º - Na hipótese de ocorrer mudança no controle acionário da **GAN** ou da **WIND**, direta ou indiretamente, estas se comprometem a anteriormente à efetivação da mudança de controle votar favoravelmente em Assembléia Geral da Companhia à mudança de quorum para a tomada de deliberações nas Assembléias Gerais da Companhia, de tal forma que o quórum qualificado estabelecido no parágrafo segundo acima, para as deliberações ali especificadas passe a ser de 77,5% (setenta e sete vírgula cinco) do capital social da Companhia.



CAPÍTULO VI

Conselho de Administração

ARTIGO 15 O Conselho de Administração será composto por até 3 (três) membros, todos acionistas, para mandatos de 3 (três) anos, permitida a reeleição, eleitos por voto de acionistas, observado o seguinte critério:

- (a) a **AGRA** terá o direito de eleger 2 (dois) conselheiros e dentre estes um deles será o Presidente do Conselho de Administração, e
- (b) a **WIND** e a **GAN** terão o direito de, em conjunto, eleger 1 (um) conselheiro.

ARTIGO 16 O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, uma vez por ano, e extraordinariamente, sempre que necessário, mediante convocação, por escrito, do seu Presidente ou quaisquer 2 (dois) conselheiros, formulada com antecedência, mínima, de 8 (oito) dias, a qual poderá ser dispensada em caso do comportamento de todos os conselheiros.

ARTIGO 17 As reuniões do Conselho de Administração somente serão validamente instaladas com a presença da maioria de seus membros e suas deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo, em qualquer caso, ao Presidente do Conselho de Administração o voto de qualidade em caso de empate.

Parágrafo Único – Qualquer membro do Conselho de Administração poderá ser representado por outro nas reuniões do Conselho e poderá votar por carta, fax, e-mail ou procuração.

ARTIGO 18 Será de competência do Conselho de Administração, além dos poderes previstos pela Lei das Sociedades Anônimas, o seguinte:

- (a) estabelecer os objetivos, a política e a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (b) eleger e distribuir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições e designações;
- (c) fiscalizar a gestão dos Diretores, examinar, a qualquer tempo, os livros e documentos da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, podendo sempre que julgar



ou em via de celebração, e quaisquer outros atos, podendo sempre que julgar necessário autorizar a contratação de assessores jurídicos, contábeis, fiscais, financeiros, e outros, para obter segunda opinião sobre assuntos apresentados pela Diretoria;

- (d) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias, bem como as Assembléias Gerais Extraordinárias quando julgar necessário;
- (e) manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria;
- (f) autorizar a abertura ou encerramento de filiais, agências, depósitos, escritórios, representações ou qualquer outro tipo de estabelecimento da Companhia;
- (g) estabelecer o roteiro da remuneração de cada administrador, respeitando o montante global fixado pela Assembléia Geral;
- (h) autorizar a contratação de empréstimo, financiamentos bem como a concessão de quaisquer garantias, fianças, avais, penhor inclusive mercantil ou hipotecas que venham a exceder 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia;
- (i) autorizar a venda, alienação, locação ou oneração de bens do ativo fixo incluindo bens imóveis de natureza permanente e participações societárias e/ou direitos a eles relacionados, cujo valor seja superior a 10% (dez por cento) do patrimônio líquido da Companhia; e
- (j) deliberar a respeito do levantamento de balanços semestrais ou intermediários, bem como declarar dividendos semestrais ou intermediários à conta de lucros apurados nesses balanços, ou à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no ultimo balanço anual ou semestral, forma prevista em Lei, *ad referendum* da Assembléia Geral.

CAPITULO VII

Conselho Fiscal

ARTIGO 19

O Conselho Fiscal, que não funcionará em caráter permanente, será constituído por até 3(três) membros e igual número de suplentes, e será instalado apenas nos exercícios sociais em que seu funcionamento for solicitado pelas acionistas, na forma e condições previstas em lei.



Parágrafo Único – Os membros do Conselho Fiscal terão a qualificação, competência, deveres, prazo de mandato estabelecidos e lei, bem como uma remuneração anual e global mínima legal, a ser distribuída entre os seus membros.

CAPÍTULO VIII

Exercício Social, Demonstrações Financeiras e Destinação do Lucro

ARTIGO 20 O exercício social inicia-se em 01 de janeiro e encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

Parágrafo 1º - Ao final de cada exercício social serão elaboradas as Demonstrações Financeiras exigidas por lei. O lucro líquido, então verificado, terá a seguinte destinação: (a) 5% (cinco por cento) para a Reserva Legal; (b) 25% (vinte e cinco por cento) sobre o lucro líquido, ajustado conforme previsto no Artigo 202, da Lei 6.404/76, para o pagamento do dividendo mínimo obrigatório das acionistas; e (c) o saldo terá destinação deliberada pela Assembléia Geral.

Parágrafo 2º - A Companhia, por deliberação da Diretoria, poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou de períodos menores, e declarar dividendos dos lucros verificados em tais balanços.

Parágrafo 3º - A Assembléia Geral poderá suspender ou alterar o percentual de dividendos a serem pagos aos Acionistas.

CAPÍTULO IX

Acordo de Acionistas

ARTIGO 21 Os acordos de acionistas versando sobre as matérias que alude o artigo 118 da Lei das Sociedades Anônimas, bem como outras matérias acordadas entre os signatários, serão observadas pela Companhia uma vez arquivados em sua sede.

CAPÍTULO X

Liquidação



ARTIGO 22

A Companhia será dissolvida e entrará em liquidação nos casos previstos em lei e a Assembleia Geral fixará a forma de liquidação e nomeará o liquidante e o Conselho Fiscal que conduzirão a Companhia durante o período de liquidação.

ENCERRAMENTO:

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso, e como ninguém se manifestou, deu por encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, a qual foi assinada por todos os presentes.

ASSINATURAS:

Presidente: Luiz Roberto Horst Silveira Pinto; Secretário: Arthur Matarazzo Braga; Acionistas: Agra Empreendimentos Imobiliários S.A, Wind Participações Ltda. e Gan Participações Ltda. ; Luiz Roberto Horst Silveira Pinto, Astério Vaz Safatle e Geraldo Abbondanza Neto.

A presente é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.

LUIZ ROBERTO HORST SILVEIRA PINTO

Presidente da Mesa



ARTHUR MATARAZZO BRAGA

Secretário da Mesa

ACIONISTAS:

AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.

LUIZ ROBERTO HORST SILVEIRA PINTO



ASTÉRIO VAZ SAFATLE



WIND PARTICIPAÇÕES LTDA.

GAN PARTICIPAÇÕES LTDA.



GERALDO ABBONDANZA NETO



SECRETARIA DA FAZENDA
JUNTA COMERCIAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

CERTIFICO O REGISTRO
SOB O NÚMERO ANA CRISTINA DE S.F. CALANDRA
151.661/09-1 SECRETÁRIA GERAL



VISTO DO ADVOGADO:

Juliana Liberati
OAB/SP nº 183.117
CPF/MF nº 153.782.218-70



AGRA LOTEADORA S.A.

NIRE nº 35.300.344.189

CNPJ/MP nº 08.974.252/0001-23

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE JANEIRO DE 2009.

LISTA DE PRESENÇA

ACIONISTAS	NÚMERO DE AÇÕES
AGRA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS S.A.	5.498
WIND PARTICIPAÇÕES LTDA.	2.250
GAN PARTICIPAÇÕES LTDA.	2.249
LUIZ ROBERTO HORST SILVEIRA PINTO	1
ASTÉRIO VAZ SAFATLE	1
GERALDO ABBONDANZA NETO	1
TOTAL	10.000

São Paulo, SP, 20 de janeiro de 2009.

LUIZ ROBERTO HORST SILVEIRA PINTO

Presidente da Mesa



ARTHUR MATARAZZO BRAGA

Secretário da Mesa

TAB. DE REG. CIVIL - 15º Tabelião
Rua João Roberto da Oliveira Lima, 110 - Jd. Santa Helena - São Paulo - SP
CEP: 04546-015

Reconheço por Semelhança 1 Firma(s) SEM VALOR econômico
de: ARTHUR MATARAZZO BRAGA.
SAO PAULO, 20 de janeiro de 2009. Total: R\$ 2,90 09:59:09

MIGUEL PERES JUNIOR - ESCRIVENTE AUT.

VALIDO SOMENTE COM O SELO DE AUTENTICIDADE

AA037815



Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 08.974.252/0001-23 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/07/2007	
NOME EMPRESARIAL AGRE URBANISMO S.A.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.10-7-00 - Incorporação de empreendimentos imobiliários			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 205-4 - SOCIEDADE ANONIMA FECHADA			
LOGRADOURO R GOMES DE CARVALHO	NÚMERO 1510	COMPLEMENTO ANDAR 10. CONJ 101	
CEP 04.547-005	BAIRRO/DISTRITO VILA OLÍMPIA	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/07/2007	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
<p>Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.</p> <p>Emitido no dia 19/03/2010 às 09:57:37 (data e hora de Brasília).</p>			

SINDICATO

SINGULAR



JUCESP PROTOCOLO

938056/06-2



2a. ALTERAÇÃO CONTRATUAL DO CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA - "UNIONFUND DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA."

UNIONFUND SOCIEDAD ANONIMA, pessoa, jurídica devidamente constituída e existente segundo as leis da República do Uruguai, com sede social na cidade do Montevidéu à calle Rincón 610, p; isso 4, inscrita no CNPJ/MF sob o numero 06.033.920/0001-92, representada por sua procuradora **SIMONE VILLA REAL GARCIA**, brasileira, advogada, casada, portadora da cédula de identidade, RG nº 9.775.558 – SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 088.655.938-30, residente e domiciliada à Rua Tapajós, 305, casa 4 – CEP 04153-000 – São Paulo – Capital; e

MARIO CIRRI, brasileiro, divorciado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 2.787.213 – SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 013.067.938-07, residente na cidade de São Paulo à Rua Cojuba nº 154, apartamento 81 – Itaim Bibi, CEP 04533-040;

únicos sócios da sociedade empresária limitada - "**UNIONFUND DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.**", inscrita no CNPJ/MF sob nr. 06.316.581/0001-51, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o nº 35.219.142.521, em 02 de junho de 2004 e última alteração arquivada e registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob nr. 364.076/04-5, em 03 de agosto de 2004, deliberam alterar o Contrato Social, de comum acordo, procedendo da seguinte forma:

I - : Alterar a denominação da sociedade de "**UNIONFUND DO BRASIL PARTICIPAÇÕES LTDA.**", para "**TRÊS LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA.**"

II - : Em virtude da deliberação acima, a cláusula 1ª. do Contrato Social passará a vigorar com a seguinte nova redação:

Cláusula 1a.: A sociedade girará nesta praça sob a denominação de "**TRÊS LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA.**"



LIÇÃO DE NOTAS DA CAPITAL
União 828 - São Paulo / SP
ALCO CAMELO - TABELIÃO
- Prática que confere com o
representado, oult.

15 JAN 2008
STAVARES DIAS
Autorizado
no ato R\$ 1,85

32

III – Permanecem inalteradas todas as demais cláusulas e disposições do Contrato Social, naquilo que não colidam com o disposto no presente instrumento.

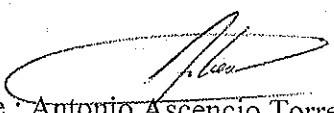
E, por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor, com as 02 (duas) testemunhas abaixo a tudo presentes.

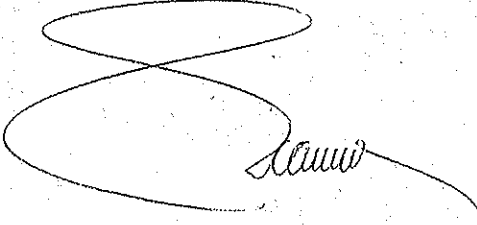
São Paulo, 04 de Dezembro de 2006.

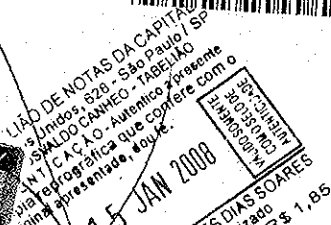

UNIONFUND SOCIEDAD ANONIMA
Simone Villa Real Garcia


MARIO CIRRI

TESTEMUNHAS:


Nome : Antonio Ascencio Torrezilhas
RG : 12.411.072-1 SSP/SP


Nome : Sonia Baptista do Carmo Cuenca
RG : 10.408.483-2 SSP/SP





Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 06.316.581/0001-51 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 02/06/2004
NOME EMPRESARIAL TRES LAGOS EMPREENDIMENTOS LTDA.			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 64.62-0-00 - Holdings de instituições não-financeiras			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - SOCIEDADE EMPRESARIA LIMITADA			
LOGRADOURO R COJUBA	NÚMERO 154	COMPLEMENTO APTO. 81	
CEP 04.533-001	BAIRRO/DISTRITO ITAIM BIBI	MUNICÍPIO SAO PAULO	UF SP
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 23/10/2004	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	
Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 748, de 28 de junho de 2007.			
Emitido no dia 13/05/2010 às 17:04:16 (data e hora de Brasília).			

[Voltar](#)